



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123127 - RJ (2020/0016580-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : S M DA S DE S (PRESO)
RECORRENTE : W C J
ADVOGADO : CLÁUDIO JOSÉ RAYMUNDO - RJ110707
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : G L DE S S
CORRÉU : T M A DA S
CORRÉU : D N DA S
CORRÉU : W C J
CORRÉU : M R D

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA, AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DO DECRETO PRISIONAL E RISCO DE INFECÇÃO PELA COVID-19. TESES NÃO APRECIADAS PELA CORTE LOCAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DELITOS PREVISTOS NO ART. 35 DA LEI DE DROGAS E NO ART. 1.º DA LEI N.º 9.613/1998. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DESTINADA À PRÁTICA DE CRIMES. ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NA HIPÓTESE. PLEITO DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO FAVORÁVEL À DUAS CORRÊS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. RECURSO CONHECIDO, EM PARTE, E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por S. M. DA S. DE S. e W. C. J. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no HC n.º 0076599-14.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que a **Recorrente S. M. DA S. DE S.** foi denunciada como incurso no "artigo 35, caput, combinado com artigo 40, VI, ambos da Lei nº 11.343/2006 (item II da denúncia); combinado com artigo 1º, caput, combinado com seu § 4º, da Lei n.º 9.613/1998, por 39 vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal (item III.4); em concurso material (art. 69 do Código Penal)" (fl. 185).

O **Recorrente W. C. J** foi denunciado como incurso no "artigo 35, caput, combinado com artigo 40, VI, ambos da Lei no 11.343/2006 (item II da denúncia); combinado com artigo 1º, caput, combinado com seu § 4º, da Lei n.º 9.613/1998, por 88 vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal (item III.5); em concurso material (art. 69 do Código Penal)" (fl. 185).

A prisão preventiva foi decretada. O pedido de revogação da prisão foi indeferido, em 14/11/2019 (fls. 160-161).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte local (fls. 63-80).

Neste recurso ordinário, os Recorrentes sustentam, em síntese: **a)** o excesso de prazo para a formação da culpa, já que "*a audiência de instrução e julgamento [...] foi designada para o dia 11 de março de 2020 as 15:00 horas e [...] estão presos desde do dia 29 de outubro de 2019*" (fl. 105); **b)** a inexistência de requisitos e de fundamentos idôneos para o decreto e a manutenção da prisão cautelar, enfatizando a ausência de contemporaneidade; **c)** as suas condições pessoais favoráveis; e **d)** o direito de extensão dos efeitos da decisão concessiva de prisão domiciliar proferida, pela Corte de origem no HC n.º 0056483-84.2019.8.19.0000, em favor das Corrés M. R. D e D. N. DA S.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura ou a concessão da prisão domiciliar.

O pedido liminar foi indeferido pelo Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, no exercício da Presidência desta Corte Superior (fl. 356).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 361-363, opinou pelo desprovimento do recurso.

Em petição de fls. 367-379, o Requerente colaciona decisão, proferida em 11/03/2020, que indeferiu novo pedido de expedição de alvará de soltura, e ressalta a necessidade de revogação/relaxamento da prisão, com fundamento no risco de infecção dos Pacientes pela COVID-19 e no excesso de prazo para a formação da culpa.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre salientar que as **teses de ausência de contemporaneidade do decreto de prisão cautelar e de excesso de prazo para a formação da culpa** não foram apreciadas pelo Tribunal de origem, de modo que o debate diretamente por esta Corte Superior incorreria em indevida supressão de instância. Outrossim, o Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso é o responsável pela expedição do mandado de prisão, sobretudo no caso, onde não foi comprovado o real estado de saúde dos Recorrentes, tampouco as condições efetivas do estabelecimento prisional. Assim, esta Corte Superior também não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente da **pandemia relacionada à COVID-19**, sob pena de supressão de instância.

Por oportuno, registra-se que o Magistrado singular destacou que se trata de "*feito complexo, com vários réus espalhados por diversas Comarcas, necessitando de expedição de precatórias, bem como diversas testemunhas arroladas, tanto pela acusação quanto pela defesa, situação que, naturalmente, aumentará o tempo de instrução criminal e não autoriza, por si só,*

o relaxamento da prisão por excesso de prazo, sobretudo considerando que o juízo vem conduzindo o feito de forma célere, sem prejuízo demonstrado pelas defesas" (fls. 373-374).

No mais, o Magistrado de piso, ao indeferir os pedidos de revogação das prisões cautelares, considerou *"ainda presente o periculum libertatis, sob o fundamento do necessário resguardo da ordem pública, considerando, a princípio, o envolvimento dos acusados com a organização criminosa Comando Vermelho e a grande quantidade de dinheiro de origem ilícita o qual faziam circular de forma encoberta"* (fl. 161) e ressaltou que os Recorrentes integram *"organização criminosa que estende suas atuações por mais de um estado, lastro considerável, e por um período de mais de dois anos de atividade ilícita"* (fl. 373).

Como se vê, o Magistrado singular afirmou que os Recorrentes integram organização criminosa com atuação em diversos Estados, com desenvolvimento de atividade ilícita por período superior a dois anos, sendo destacado também o envolvimento dos Denunciados com o Comando Vermelho.

Saliente-se que, *"tratando-se de extensa organização criminosa, o Superior Tribunal de Justiça, em casos como o presente, seguindo o magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, tem entendido que 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva'* (STF, PRIMEIRA TURMA, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, DJe 20/2/2009)." (HC 266.039/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 12/12/2018).

Cumpra observar que a existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese.

Por fim, ao examinar o pedido de extensão dos efeitos da decisão concessiva de prisão domiciliar em favor das Corrés M. R. D e D. N. DA S., o Tribunal de origem destacou que *"os fundamentos utilizados naqueles autos – paciente genitora de filho menor de 12 (doze) anos – não se aplicam aos pacientes no presente feito"*.

Como se percebe, o Tribunal local esclareceu que os Recorrentes não se encontram em situação fático-jurídica semelhante à das Corrés, pois não são genitores de filhos menores de 12 (doze) anos de idade, sendo tais fundamentos suficientes para negar a extensão dos efeitos da decisão benéfica às Corrés, nos moldes do art. 580 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, CONHEÇO, EM PARTE, do recurso ordinário constitucional e, nessa parte, NEGOU PROVIMENTO ao recurso.

Fica prejudicado pedido de fls. 367-379.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora